



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



**PRIMEIRA CÂMARA**

**SESSÃO DE 15.10.13**

**ITEM Nº 047**

TC-044484/026/09

**Órgão Público Concessor:** Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

**Entidade(s) Beneficiária(s):** Instituto Mamulengo Social "Creche Conveniada".

**Responsável(is):** Luiz Antonio Angelo da Silva (Prefeito), Alberto A. Marques Filho (Secretário de Educação) e Flaunísio Leandro Avelar Faria (Presidente).

**Assunto:** Prestação de contas - repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, pelo Conselheiro Claudio Ferraz de Alvarenga, publicada(s) no D.O.E. de 13-01-10 e 10-02-10.

**Exercício:** 2008.

**Valor:** R\$885.476,38.

**Advogado(s):** Costantino Siciliano, Aldo Zonzini Filho, Ronaldo José de Andrade, Maria Cristina do Prado, Lúcia Helena do Prado e outros.

**Fiscalizado por:** GDF-2 - DSF-II.

**Fiscalização atual:** UR-7 - DSF-II.

Tratam os autos das prestações de contas dos recursos públicos repassados pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos (originária de convênio/contrato nº 12.077/04 de valor inferior ao de remessa a este Tribunal) ao Instituto Mamulengo Social – "Creche Conveniada", no exercício de 2008, no valor de R\$ 885.476,38 (oitocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais, trinta e oito centavos), objetivando a implantação e desenvolvimento de creche comunitária para atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Informou a fiscalização da 2ª DF que, quando da análise nas contas da Prefeitura, verificou a ausência de prestação de contas do repasse efetuado a Entidade, através de subvenção.

Aduziu que a Municipalidade não obteve êxito ao oficiar o Instituto solicitando a apresentação do Balanço Patrimonial de 2008, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal e Demonstrativo Integral da Receita e da Despesa, tendo em vista que o Responsável não foi localizado, conforme comprova o documento de fls.34/35.

Diante disso, não foi emitido o Parecer Conclusivo do recurso aplicado.

Com efeito, ressaltou que as comprovações das despesas efetuadas por conta do Convênio/Contrato nº 12077/04, anteriores ao exercício de 2008 já foram tratadas nos processos relativos aos repasses concedidos (anualmente) de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



valores globais inferiores aos de remessa a esse Tribunal (TC-17133/026/05, TC-34388/026/06, TC-7438/026/08 e TC-36776/026/08).

Em decorrência, o Conselheiro Relator, à época, Dr. Cláudio Ferraz de Alvarenga, **determinou notificações** aos responsáveis pelo Órgão Concessor e pela Entidade Beneficiária para que tomassem conhecimento da matéria e apresentassem os documentos reclamados, consoante despachos de fls.42 e 50 e publicado o DOE de 13/01/2010.

Mediante os Expedientes TC-117/007/10 (fls.56/57) e TC-241/007/10 (fls.62/62), o Município de São José dos Campos, por sua procuradora, esclareceu que a Administração empreendeu todos os esforços para fazer com que a Entidade entregasse a documentação solicitada e prestasse contas dos recursos recebidos.

Contudo as tentativas mostraram-se ineficazes, motivo pelo qual iniciaram com processos administrativos, os quais originaram Processos Judiciais nº 2424/2008 e nº 2148/2008, que tramitam perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José dos Campos (Certidões de Objeto e Pé – fls.58/59 e 64/65).

Informou, ainda, que o Senhor Flaunizio Leandro Avelar Faria, Presidente da Entidade, encontra-se em local incerto e não sabido.

Diante do informado, o Relator à época determinou nova notificação ao Senhor Flaunizio Leandro Avelar Faria, Presidente da Entidade, nos termos dos artigos 91, inciso IV e 29, da Lei Complementar nº 709/93 (fls.67).

Em atenção ao despacho publicado no DOE, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos veio aos autos informar o endereço do responsável pela entidade, localizado no Bairro São Judas Tadeu, na cidade de São José dos Campos (fls.66).

A Senhora Amélia Naomi Omura, Vereadora, exercendo mandato junto à Câmara de São José dos Campos, obteve vista dos autos (fls.71/72).

O Senhor Flaunizio Leandro Avelar Faria foi notificado através do Ofício C.CFA nº 1268/2010, porém conforme consta no aviso de recebimento às fls.76v, quem recebeu o ofício foi a Senhora Jeane H. A. Faria.

Assessorias de ATJ, do ponto de vista econômico-financeiro e jurídico, acompanhada de sua Chefia, manifestaram-se pela irregularidade da matéria.

Conforme o disposto no artigo 213 do Regimento Interno, os presentes autos foram encaminhados a este Gabinete pela SDG, em face das orientações traçadas no TC-A-27.425/026/07.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



**GCCCM**

**PRIMEIRA CÂMARA**

**SESSÃO DE 15/10/2013**

**ITEM Nº 047**

**Processo:** TC- 44484/026/09

**Órgão Concessor:** Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

**Responsável:** Eduardo Pedrosa Cury. - Prefeito à época.

**Prefeito atual:** Carlos José de Almeida.

**Procuradora  
Municipal:**

Maria Cristina do Prado – OAB/SP nº 102.871 (fls.51).

**Beneficiária:** Instituto Mamulengo Social.- “Creche Conveniada”.

**Responsável:** Flaunísio Leandro Avelar Faria - Presidente.

**EM EXAME:** Repasse Público ao Terceiro Setor - Prestação de Contas  
(Convênio de valor inferior ao de remessa a este Tribunal).

**Exercício:** 2008.

**Valor total:** R\$ 885.476,38.

**VOTO**

Constata-se dos autos a Prefeitura do Município de São José dos Campos repassou verbas ao Instituto Mamulengo, através de convênio, objetivando a implantação e desenvolvimento de creche comunitária para atendimento de crianças.

Ocorre que a entidade deixou de prestar contas e tendo sido notificada, tanto pelo Órgão Concessor como por esta Corte de Contas, para adoção das providências necessárias, permaneceu silente.

Nessa conformidade, acompanho os pronunciamentos desfavoráveis do Órgão de Instrução e da ATJ, por suas Assessorias e Chefia, e voto no sentido da **irregularidade** em face da ausência da prestação de contas, no valor de R\$ 885.476,38, e consequente aplicação dos termos dos incisos XV e XVII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, condenando o Instituto Mamulengo Social – “Creche Conveniada” à pena de devolução da importância devida, com os devidos acréscimos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



legais, bem como proibindo de novos recebimentos até a regularização da matéria perante este Tribunal de Contas.

Fixo o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da expiração do prazo recursal, para que a Prefeitura Municipal de São José dos Campos informe a esta Corte às providências adotadas em face da presente decisão e, ainda, informações sobre o deslinde dos processos administrativos e judiciais instaurados.

Transcorrido o prazo recursal, bem como aquele fixado para adoção das medidas cabíveis, cópias de peças dos autos serão encaminhadas ao Ministério Público Estadual para as providências de sua alçada.